

## PODER JUDICIÁRIO

## JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## Seção Judiciária de Pernambuco

## Plantão Judiciário

**PROCESSO Nº: 0820173-98.2019.4.05.8300 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**RÉU: UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro**

DECISÃO

Trata-se de ação civil pública, com pedido de tutela provisória, proposta pelo Ministério Público Federal em face da União Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, objetivando que os réus sejam compelidos a adotar todas as medidas necessárias de contenção e recolhimento do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo todos os estados da região Nordeste), com foco na proteção de áreas sensíveis de Pernambuco.

Em síntese, narrou o Ministério Público Federal que:

a) No dia 30/08/2019, nas Praias de Gramame e Tambaba, município do Conde/PB, e na Praia Bela, município de Pitimbu/PB, foram avistadas as primeiras manchas escuras (na areia/mar) de uma substância oleosa. Pelo movimento das marés e ventos, a mancha se espalhou tanto para o norte quanto para o sul, invadindo a faixa litorânea dos 9 Estados nordestinos, hoje atingindo 178 praias, em 72 municípios, tornando-se o maior desastre ambiental da história do litoral brasileiro, em termos de extensão;

b) segundo o IBAMA, naquele mês, "vestígios/esparsos" (espécie de resíduos) passaram a ser vistos nas praias de Boa Viagem (Recife), Del Chifre (Olinda), Candeias (Jaboatão dos Guararapes), Piedade (Jaboatão dos Guararapes), Gamboa (Ipojuca), Nossa Senhora do Ó (Ipojuca), Porto de Galinhas (Ipojuca), Pau Amarelo (Paulista), Conceição (Paulista), Carneiros (Tamandaré), Tamandaré (Tamandaré), Ilha Cocaia (Cabo de Santo Agostinho), Paiva (Cabo de Santo Agostinho), do Forte Orange (Ilha de Itamaracá), Catuama (Goiana), São José da Coroa Grande (São José da Coroa Grande) e Ponta de Pedras (Goiana);

c) o fato de as vizinhas praias de Maragogi e Japaratinga terem registrado manchas de óleo, em 16/10/2019, fez com que parte do Poder Público

efetivamente se preocupasse com o retorno do óleo ao Estado de Pernambuco;

d) em 18.10.2019, o material se estagnou nas areias de São José da Coroa Grande, atingindo a paradisíaca Praia dos Carneiros - Tamandaré/PE;

e) os recifes de corais constituem importantes ecossistemas, altamente diversificados, no nível local, regional e, principalmente, no global, abrigando o mais diverso *habitat* marinho do mundo;

f) requisitou a instauração de inquérito policial, para que se investigasse o fato criminoso, bem como instaurou procedimento para acompanhar a atuação dos órgãos ambientais;

g) foi então marcada uma reunião de urgência na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, onde se reuniram, na data de ontem (18/10), entre outros: o diretor-presidente da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, Sr. Djalma Souto Maior, o Capitão dos Portos, Sr. Maurício Bravo, o Procurador do Estado de Pernambuco Almir Bezerra de Almeida Filho, além de representante do IBAMA, representante da OAB/PE, representante da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, o Promotor de Justiça André Felipe Barbosa Meneses, bem como o professor Gilvan Takeshi Yogui, do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco;

h) o IBAMA se limitou a informar que não está havendo ligação entre o comitê de crise instalado em Pernambuco e o do Plano Nacional. Asseverou que encaminhou as demandas dos órgãos do Estado de Pernambuco para o Comitê instalado em Salvador, bem como solicitou a vinda de um técnico para as orientações devidas. Tem orientado os municípios e a população, mas não tem meios para que esta trabalhe de forma adequada, levando-o a agir na base do improviso;

i) a Capitania dos Portos, tampouco, possui hoje bombonas para acondicionar o óleo retirado ou equipamento de contenção para reter-lhe o avanço;

j) nenhum dos órgãos dispõe de material suficiente para, minimamente, conter a crise;

k) instado, quer pelos órgãos estaduais, quer próprio IBAMA, não houve resposta do Poder Executivo federal. Malgrado a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco tenha solicitado à União petrechos e equipamentos para conter as manchas de óleo, ainda não foi atendida.

O órgão ministerial autor postulou, liminarmente, que fosse determinado:

(i) à União: (a) que adote todas as medidas necessárias para a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo todos os estados da região Nordeste), com foco na proteção de áreas sensíveis de Pernambuco, utilizando-se do Mapeamento Ambiental para Resposta à

Emergência no Mar - MAREM e do Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco, com emprego das melhores e mais adequadas técnicas, e, notadamente, (b) que dê início, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à implementação de barreiras de proteção, mediante utilização de equipamentos adequados e próprios para problemas da espécie, a serem instalados por equipe especializada, com o consequente monitoramento, no que tange aos ambientes mais sensíveis da costa pernambucana (manguezal, áreas de estuário, bancos de fanerógamas e recifes de coral), conforme Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco; (c) que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, forneça equipamentos de proteção individual (EPIs), inclusive para os voluntários, além de recipiente adequado para armazenamento do óleo recolhido, bem como demais materiais listados pela CPRH na Nota Técnica nº 39/2019, tantos quantos se revelarem necessários; (d) que, diretamente ou por parcerias (inclusive com órgãos do estado de Pernambuco), implemente e/ou dê continuidade ao monitoramento contínuo ao longo de toda a extensão da plataforma continental marítima sob risco, para localização das manchas de óleo no mar, recolhendo-as com a utilização das técnicas e meios que se revelarem necessários; (e) que adote todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes ao IBAMA/PE, para que a autarquia federal cumpra o que lhe for imposto pelo Juízo Federal (item seguinte) e que comprove, nos autos, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.

(ii) ao IBAMA: (a) que monitore e fiscalize, e, naquilo que lhe couber, execute solidariamente as medidas acima destacadas (itens precedentes), garantindo a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo todos os estados da região Nordeste); (b) que, em virtude da gravidade da situação, se manifeste tecnicamente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre as providências a serem adotadas quanto ao atendimento, resgate e reabilitação de fauna afetada, com a consequente disponibilização dos recursos materiais e humanos, seja diretamente, por parcerias ou contratação.

É o breve relatório. Decido.

O art. 148 do Provimento 01, de 25 de março de 2009, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região disciplina, nos seguintes termos, a atuação do magistrado plantonista:

"Art. 148. Durante o plantão, o magistrado plantonista deve apreciar, independentemente da natureza da matéria tratada, petições alusivas a processos ainda não distribuídos, em que sejam reclamadas providências urgentes que visem evitar o perecimento de direito ou assegurar a liberdade de locomoção.

§ 1º. Não se inserem no conceito de urgência as discussões sobre atos ou omissões cujos efeitos só ocorram durante o expediente forense regular, havendo condições de apreciação pelo juiz para o qual vier a ser distribuído o feito, ou que tenham

sido objeto de ação anteriormente ajuizada, mesmo com pedido de desistência, homologada ou não.

§ 2º. A atuação do magistrado plantonista não estabelece prevenção ou vinculação do mesmo ao feito, que deverá, no primeiro dia útil imediato, ser remetido à distribuição regular.

§ 3º. Em sendo requerida, durante o plantão, alguma medida reputada de natureza urgente, em relação a processo já distribuído, o magistrado plantonista deverá remeter os autos imediatamente ao juiz do feito, para as providências que este entender cabíveis".

A presente Ação Civil Pública veicula pedido de liminar que tem por finalidade reduzir a extensão dos já notoriamente graves danos ambientais e sociais decorrentes de poluição por óleo, de grande magnitude, que já atingiu cerca de 194 (cento e noventa e quatro) praias da região Nordeste, em nove diferentes estados e em proporção que vem progredindo, intensamente, a cada dia, ameaçando de forma crescente os ecossistemas da costa nordestina, e, mais especificamente, áreas ambientalmente sensíveis de Pernambuco.

Nesse contexto, entendo que a calamitosa situação requer respostas emergenciais de todos os entes e órgãos com dever de atuação, incluindo o Poder Judiciário, que não deve aguardar o próximo dia útil forense para apreciar o pedido deduzido durante o período do plantão judiciário.

Registro, em razão do teor do art. 148, parágrafo primeiro, do transcrito Provimento 01, de 25 de março de 2009, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região, que, não obstante a ação tenha sido anteriormente distribuída para a 12ª Vara Federal/PE, no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, tal distribuição para a vara se deu por notório equívoco do MPF no seu cadastramento, eis que ajuizada no período do plantão judiciário e com pedido de imediata apreciação pelo Poder Judiciário.

Assim, diante de uma interpretação teleológica, e à luz dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, do dispositivo do Provimento, entendo ser hipótese de análise dos pedidos em sede de plantão judiciário.

Ainda que assim não se entendesse, ressalto que a ação foi, por meio de livre distribuição, distribuída para a 12ª Vara Federal/PE, juízo cuja titularidade vem sendo, por designação da Corregedoria, exercida pelo magistrado prolator da presente decisão, motivo pelo qual deveria este, de qualquer modo, apreciar, desde já, o pedido de liminar, nos termos do também já exposto art. 148, parágrafo terceiro, do transcrito Provimento 01, de 25 de março de 2009, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região.

Devidamente justificado, portanto, sob qualquer ângulo processual, o pronto exame do pedido por este julgador, com clara observância do princípio constitucional do juiz natural.

Importante, ainda, esclarecer que o objeto da presente ação não se confunde com os das Ações Cíveis Públicas 0805579-61.2019.4.05.8500, 0808516-89.2019.4.05.8000 e 0808516-89.2019.4.05.8000, as duas primeiras ajuizadas perante a Seção Judiciária de Sergipe e a última ajuizada perante a Seção Judiciária de Alagoas, ainda que também envolvam pedidos relacionados ao desastre ambiental retratado no presente processo.

Isso porque os pedidos deduzidos nas Ações Cíveis Públicas 0805579-61.2019.4.05.8500 e 0808516-89.2019.4.05.8000, embora bastante semelhantes aos formulados nestes autos, o que se explica pela atuação coordenada nacionalmente do Ministério Público Federal e pela origem comum do evento danoso, gerando similaridade de situações, dirigem-se à específica proteção dos ecossistemas mais sensíveis de Sergipe e de Alagoas, respectivamente, enquanto esta demanda tem por escopo a proteção de tais ecossistemas pernambucanos.

Por sua vez, a Ação Civil Pública 0808516-89.2019.4.05.8000, proposta em Sergipe, veicula pedido de que seja determinada a imediata implantação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, para que, nos termos do Decreto n. 8.157/2013, que regulamenta a Lei n. 9.966/2000, sejam iniciadas todas as medidas necessárias "com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da Administração Pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, e minimizar os danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública".

Como visto, a referida ação tem por objeto a implantação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC -, de forma genérica e para ampliação de capacidade de resposta, em nível nacional, em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob a jurisdição nacional.

Dessa maneira, entendo que, ainda se tratem de esforços complementares relacionados ao mesmo desastre ambiental, os objetos das ações não se confundem, já que esta demanda tem o objetivo voltado à proteção especificamente dos ecossistemas sensíveis de Pernambuco, por meio da adoção de referenciais distintos, peculiares e locais, como a utilização do Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco e do Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar - MAREM -, e não o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.

Logo, não verifico, ao menos por ora, a ocorrência de litispendência e ou prevenção que obste o exame do pedido de liminar desta Ação Civil Pública por este magistrado.

Ademais, por diversos fundamentos, reconheço a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento da demanda.

Primeiramente, o polo ativo da ação é ocupado pelo Ministério Público Federal, órgão constitucionalmente autônomo da União, o que, segundo a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, atrai a competência da Justiça Federal (AgInt no CC 163.268/SC, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 20/08/2019, DJe 29/08/2019).

Outrossim, o polo passivo da relação jurídica processual tem a presença da União e do IBAMA, entes federais que também justificam a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109 da Constituição da República.

Além disso, a calamidade ambiental narrada na petição inicial e as medidas requeridas dizem respeito a bens que, nos termos do art. 20 da Constituição da República, são da União, como, por exemplo, o mar territorial, rios que banham mais de um estado, as praias marítimas, as ilhas costeiras, áreas compreendidas como terrenos de marinha (zona costeira), recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, além de unidades de conservação federais.

A legitimidade ativa do Ministério Público Federal é evidenciada por sua vocação constitucional para o ajuizamento de Ação Civil Pública em defesa do meio ambiente (art. 129 da Constituição) e pelas características apresentadas nos parágrafos anteriores (União e IBAMA como réus, e impacto ambiental sobre bens da União e sobre unidades de conservação federais), além da grande extensão, multifederativa, do desastre ambiental em questão e dos respectivos danos, que já alcançam nove estados da região Nordeste.

A flagrante legitimidade passiva da União e do IBAMA, por outro lado, é consequência do dever constitucional (e.g. art. 23, VI e art. 225, da Constituição da República) e legal (e.g. Lei 7.735/89, art. 2º, e Lei Complementar 140/2011) de tais entes públicos de proteção do meio ambiente.

No que tange à apreciação, desde já, do pedido de liminar, não se ignora o teor do art. 2º da Lei 8.437/92, segundo a qual, na ação civil pública, assim como no mandado de segurança coletivo, "a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas".

No entanto, a aplicação do referido dispositivo legal deve ser mitigada, com a postergação do contraditório e da ampla defesa por parte do(s) ente(s) público(s), à luz dos princípios

constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, este inclusive na sua dimensão de proibição de proteção deficiente aos direitos fundamentais, sempre que a urgência da situação subjacente ao pedido de liminar seja de tal modo elevada que o adiamento da efetivação da medida liminar pretendida, para prévia oitiva do Poder Público, apresente grande probabilidade de acarretar o perecimento do direito ou danos graves e irreversíveis.

Se assim não fosse, estaria seriamente comprometida a efetivação do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXV, da Constituição), cuja concretização depende, por óbvio, de que as exigências legais de ordem processual não inviabilizem a eficácia da decisão final do próprio processo, condição indispensável para o acesso à justiça, concebido como acesso a uma ordem jurídica justa.

É exatamente esta a hipótese: a oitiva da União e do IBAMA, em setenta e duas horas, de modo prévio à apreciação do pedido de liminar, apresenta grande probabilidade de agravar, de modo intenso, a já catastrófica extensão dos notórios danos socioambientais provocados pela poluição por óleo que já atinge cerca de 194 (cento e noventa e quatro) praias de nove estados da região Nordeste, podendo vir a comprometer, de modo irreversível ou de difícil reversão, ecossistemas extremamente relevantes e sensíveis no território de Pernambuco.

Ademais, a União e o IBAMA se manifestaram nos autos da Ação Civil Pública 0805579-61.2019.4.05.8500, ajuizada perante a Seção Judiciária de Sergipe, por meio de razões já examinadas por este magistrado, ainda que provocados no que tange à proteção de áreas ambientais daquele estado, em relação ao desastre ambiental objeto desta demanda e a medidas que reputam pertinentes para a proteção de ecossistemas sensíveis.

Além disso, o IBAMA, a Capitania dos Portos, a CPRH e outros órgãos com atribuições correlatas à proteção do meio ambiente em Pernambuco apresentaram, recentemente, suas considerações sobre o desastre ambiental e sobre as medidas que vêm sendo adotadas no estado em reunião com o Ministério Público Federal, integralmente gravada e cujo acesso foi disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://mpfdrive.mpf.mp.br:443/ssf/s/readFile/share/147122/7192803111214343976/publicLink/reuni%C3%A3o%2018.10.2019.mkv>, já tendo sido o seu conteúdo atentamente analisado por mim.

Logo, tais circunstâncias reduzem a probabilidade de eventuais prejuízos processuais para os entes réus pelo diferimento do contraditório e da ampla defesa, justificando ainda mais que, na ponderação dos valores constitucionais envolvidos, prevaleça o caráter emergencial da apreciação do pedido de medida liminar.

Realço que a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça autoriza a decisão de pedido de liminar, sem prévia oitiva dos entes públicos, em sede de ação civil pública, em hipóteses dessa natureza, como se observa dos seguintes elucidativos arestos:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR CONCEDIDA, EXCEPCIONALMENTE, SEM OITIVA PRÉVIA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. ART. 2º DA LEI 8.437/1992. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Trata-se, na origem, de Ação Civil Pública ajuizada contra o Estado do Piauí e o Instituto de Desenvolvimento do Piauí a fim de compeli-los a realizar obras emergenciais na Barragem de Poços, no município de Itaueira, em razão do risco iminente de ruptura, ocasionado pelas péssimas condições estruturais da obra.

2. O Tribunal local concluiu pela excepcionalidade da situação, apta a autorizar a concessão da tutela de urgência, tendo consignado: "**entendo que o iminente risco de rompimento da barragem, o que poderia causar prejuízos e danos irreparáveis a um incontável número de pessoas, autoriza a concessão da liminar em detrimento do formalismo processual, garantindo a efetividade da atividade jurisdicional, e resguardando interesses e a segurança coletivos.**"

Acrescentou que "das provas colacionadas infere-se que a barragem de Poços, localizada no município de Itaueira-PI, se encontrava em péssimas condições de manutenção, e, aproximando-se o período de chuvas, seria possível que a estrutura, diante das avarias constatadas, não suportasse a pressão causada pelo aumento do nível da água represada".

**3. O entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça permite, excepcionalmente, em especial para resguardar bens maiores, a possibilidade de concessão de liminar, sem prévia oitiva da pessoa jurídica de direito público, quando presentes os requisitos legais para a concessão de medida liminar em Ação Civil Pública.**

Precedentes: AgRg no AREsp 580.269/SE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 17/11/2014; AgRg no REsp 1.372.950/PB, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma; AgRg no Ag 1.314.453/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma; REsp 1.018.614/PR, Rel.

Min. Eliana Calmon, Segunda Turma; REsp 439.833/SP, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma.

4. Não se conhece do Recurso Especial quanto a matéria não especificamente enfrentada pelo Tribunal de origem, dada a ausência de prequestionamento. Incidência, por analogia, da Súmula 282/STF.

5. No que tange à apontada ofensa ao art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/1992 e 273 do Código de Processo Civil de 1973, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial." 6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 958.718/PI, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA

TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 18/04/2017 - Grifos Nossos)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECUPERAÇÃO AMBIENTAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. LIMINAR CONCEDIDA, EXCEPCIONALMENTE, SEM OITIVA PRÉVIA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. REQUISITOS LEGAIS. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À LEI N. 8.437/1992.

1. A revogação da liminar é inviável em Recurso Especial, uma vez que a verificação do risco de dano ambiental que justificou a tutela de urgência, ou mesmo de dúvida que a impõe pelo princípio da precaução, demanda reexame dos elementos fático-probatórios. Assim, impossível analisar a presença dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

**2. Quanto à vedação de concessão de medidas liminares de caráter satisfativo, esta Corte já manifestou-se no sentido de que a Lei n. 8.437/1992 deve ser interpretada restritivamente, sendo tais medidas cabíveis quando há o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, com o intuito de resguardar bem maior, tal como se dá no presente caso.**

Precedentes: AgRg no REsp 661.677/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 13/12/2004; REsp 831.015/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJ 01/06/2006; REsp 664.224/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 01/03/2007;

AgRg no Ag 427.600/PA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 07/10/2002; REsp 1.053.299/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe 27/11/2009.

**2. Ademais, a jurisprudência do STJ tem mitigado, em hipóteses excepcionais, a regra que exige a oitiva prévia da pessoa jurídica de direito público nos casos em que presentes os requisitos legais para a concessão de medida liminar em ação civil pública (art. 2º da Lei 8.437/92).** Precedentes: REsp 1.018.614/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 06/08/2008; AgRg no REsp 1.372.950/PB, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 19/06/2013; AgRg no Ag 1.314.453/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 13/10/2010.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 431.420/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 17/02/2014 - Grifos Nossos)

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATERRO INDUSTRIAL. LIMINAR. SUSPENSÃO DE LICENÇA PRÉVIA. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuidam os autos de Ação Cautelar preparatória de Ação Civil Pública, tendo-se determinado, liminarmente, a suspensão de licença prévia para instalação de aterro industrial. A decisão do Juízo de 1º grau está respaldada nos seguintes termos: a) plausibilidade da tese autoral, de que houve inobservância de norma que estabelece a distância mínima de núcleos habitacionais; b) desrespeito à lei municipal que veda o recebimento de resíduos de outros municípios; e c) risco de dano ao meio ambiente e à população local.

2. A solução integral da controvérsia, suficientemente fundamentada, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

3. Na hipótese, o Tribunal considerou relevante, para fins de sobrestar liminarmente a instalação do aterro, a informação constante nos autos de que a Codemig rescindiu o contrato de promessa de compra e venda do imóvel "em razão da inviabilidade do alcance de seus objetivos". Além disso, o acórdão recorrido está embasado no poder geral de cautela e no princípio da precaução, diante da asseverada existência de dúvidas sobre o potencial dano ao meio ambiente.

4. Mostra-se descabida a suscitada violação do art. 463 do CPC. Com efeito, o Tribunal a quo utilizou a fundamentação que considerou pertinente para desprover o Agravo de Instrumento e manter a decisão liminar, situação completamente distinta da prevista no mencionado dispositivo legal, que veda a alteração de ofício da sentença após a publicação.

5. O art. 524 do CPC, tido por violado, estabelece os requisitos da petição do Agravo de Instrumento, como "a exposição do fato e do direito" (I) e "as razões do pedido de reforma da decisão" (II). Ao contrário do que a agravante defende em seu Memorial, tal norma não limita a argumentação feita pelo Tribunal para desprover o recurso.

6. O julgador ordinário deve-se restringir ao pedido e aos elementos probatórios constantes nos autos - o que in casu foi observado -, cabendo-lhe solucionar a divergência, segundo a parêmia narra mihi factum dabo tibi ius.

7. A revogação da liminar é inviável em Recurso Especial, porquanto a verificação do risco de dano ambiental que justificou a tutela de urgência, ou mesmo de dúvida que a impõe pelo princípio da precaução, demanda, no caso concreto, reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

**8. A jurisprudência do STJ admite, excepcionalmente, a concessão de Ação Civil Pública antes da oitiva do ente público, mitigando a norma contida no art. 2º da Lei 8.432/1997.**

9. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no Ag 1320906/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 04/02/2011 - Grifos Nossos).

Dessa maneira, passo a analisar o pedido de liminar em seu aspecto meritório.

Com fundamento na interpretação conjunta do art. 12 da Lei 7.347/85, do art. 84 do Código de Defesa do Consumidor (norma componente do microsistema de tutela coletiva) e do art. 300, "caput" e parágrafo terceiro, do Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência pode ser concedida, em sede de Ação Civil Pública, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e que, da ponderação entre os riscos de irreversibilidade para autor e para réu(s), resulte que o risco de dano mais grave e irreversível, ou de difícil reversibilidade, ameace o direito pleiteado pelo autor, quando comparado com os riscos a serem suportados pelo(s) réu(s).

No caso, constato a presença da probabilidade do direito alegado.

O Ministério Público Federal evidenciou nos autos, por meio de inúmeras notícias jornalísticas cujos *links* de acesso foram disponibilizados com a petição inicial e por intermédio de vídeo (<https://mpfdrive.mpf.mp.br:443/ssf/s/readFile/share/147122/7192803111214343976/publicLink/reuni%C3%A3o%2018.10.2019.mkv>) de reunião realizada, na recente data de 18/10/19, com o IBAMA, a CPRH, a Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco, a Capitania dos Portos e outros órgãos institucionalmente ligados à questão ambiental, a notória extensão do desastre ambiental provocado pela poluição por óleo que já atingiu cerca de 194 (cento e noventa e quatro) praias em nove diferentes estados da região Nordeste (<https://g1.globo.com/tudo-sobre/ibama/>), com crescente proporção, desde os seus primeiros sinais, em 30/08/19 (<https://g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/10/18/o-plano-para-conter-derrames-de-petroleo-que-nao-foi-acionado-pelo-governo-federal-para-o-nordeste.ghtml>), e que, nos últimos dias, foi extremamente intensificado em Pernambuco, ameaçando, seriamente, de danos irreversíveis ou de difícil reversão, ecossistemas vitais e extremamente sensíveis do estado, já tendo sido atingidos até mesmo manguezais, como noticia o MPF.

A título de mero exemplo dos gravíssimos riscos de danos irreversíveis a um dos diferentes ecossistemas notoriamente sensíveis da costa nordestina, a oceanógrafa Maria Christina Araújo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), afirmou que, "no manguezal, um ambiente com biodiversidade excepcional, é praticamente impossível remover o óleo. O dano pode ser irreparável e os ecossistemas levarão anos para se recuperar" (<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/26/manchas-de-oleo-no-nordeste-o-que-se-sabe-sobre-o-problema.ghtml>).

Para além das cerca de cento e noventa e quatro praias atingidas, em nove estados do Nordeste, ao menos doze unidades de conservação também foram impactadas, segundo se noticia (<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-atingem-reserva-extrativista-no-maranhao.ghtml>), tendo havido, inclusive, mortes de tartarugas, de aves migratórias (<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/26/manchas-de-oleo-no-nordeste-o-que-se-sabe-sobre-o-problema.ghtml>) e de golfinho (foto da exordial).

Anunciando a dimensão da crise, o Ministério Público Federal se referiu a esta, em sua petição inicial, como "o maior desastre ambiental da história do litoral brasileiro, em termos de extensão".

Segundo noticiado pela imprensa, o Ministro do Meio Ambiente afirmou que a referida poluição por óleo nas águas da costa do Nordeste são caso de poluição difusa sem precedentes (<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/10/16/apos-sobrevoo-no-litoral-da-bahia-salles-diz-que-manchas-de-oleo-sao-caso-de-poluicao-difusa-sem-precedente.ghtml>).

Trata-se de dramático quadro de catástrofe ambiental de inédita extensão na costa nordestina, em razão de poluição por óleo, de origem ainda desconhecida, que já perdura, há mais de cinquenta dias, sem sinais de regressão, mas sim de assustadora progressão, e que já vem causando terríveis danos a ecossistemas sensíveis do Nordeste e, no que tange mais especificamente a esta ação, de Pernambuco.

Mas não apenas: tão trágicos quanto os danos ambientais são os danos socioeconômicos notoriamente já sentidos na cadeia produtiva derivada do turismo e da pesca, com impacto desproporcional, sobretudo, em relação às pessoas mais vulneráveis das comunidades costeiras, dependentes de tais atividades para a sua própria subsistência.

E, para que se tenha a devida dimensão da magnitude dos riscos socioeconômicos subjacentes a tal crise ambiental, como chama atenção o MPF em sua petição inicial, útil sublinhar que "(...) de norte a sul, a faixa costeira do Estado de Pernambuco abriga cerca de 3.545.000 habitantes, representando 44% da população do Estado, constituindo a maior densidade demográfica na zona costeira do Brasil. Trata-se de uma região formada por 21 municípios, sendo 15 em contato direto com o ambiente marinho ou diretamente influenciado por este".

Também não se pode olvidar a ameaça à saúde pública decorrente da contaminação das águas e, conseqüentemente, dos pescados pelo denso óleo que já polui, com severidade, as praias pernambucanas e começa a poluir outros ecossistemas sensíveis do estado, como os manguezais, a exemplo dos de Tamandaré/PE, conforme evidenciado pelo Ministério Público Federal.

Enfim, a escuridão do óleo que polui nossas praias e outros ecossistemas relevantes é diretamente proporcional à escuridão do cenário devastador e desolador de violação, que dele decorre, de direitos fundamentais, como aqueles associados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à vida digna, à saúde, e os direitos fundamentais sociais das vulneráveis comunidades costeiras hipossuficientes dependentes do turismo e da pesca.

A situação corrobora o que, há muito, doutrina e jurisprudência já sustentam: o direito

fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é condição *sine qua non* para a efetivação dos demais direitos fundamentais, na medida em que possibilita a vida digna, as atividades sociais e econômicas e as próprias bases da vida, viabilizando a (co)existência dos seres vivos.

Não sem motivo, fala-se, na doutrina e em julgados de Cortes Internacionais de Direitos Humanos, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no fenômeno do esverdeamento (*greening*) dos mais variados direitos humanos, dada a interdependência entre eles e o direito, dotado de fundamentalidade, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para as atuais e futuras gerações.

Diametralmente oposta à escuridão do óleo é a clareza da necessidade de ação imediata e eficaz por parte do Poder Público no sentido da adoção de medidas de solução do nefasto problema, com contenção, recolhimento e adequada destinação do material poluente, com especial foco na proteção dos ecossistemas sensíveis.

Inúmeras são as normas constitucionais, legais e convencionais que obrigam os réus, União e IBAMA, a adotarem tais medidas.

Nesse sentido, o art. 225 da Constituição da República estabelece, em seu "caput", que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", e, no parágrafo primeiro, que, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público "(...) I - promover e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" e "VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade".

O parágrafo quarto do mencionado art. 225 da Constituição, inclusive, confere à zona costeira a condição de patrimônio nacional.

O art. 23 da Constituição, em seus incisos VI e VII, por sua vez, determina que é competência da União - comum com Estados, Distrito Federal e Municípios - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, assim como preservar as florestas, a fauna e a flora.

Ademais, como já consignado, a calamidade ambiental narrada na petição inicial e as medidas requeridas dizem respeito a bens que, nos termos do art. 20 da Constituição da República, são da União, como, por exemplo, o mar territorial, rios que banham mais de um estado, as praias

marítimas, as ilhas costeiras, áreas compreendidas como terrenos de marinha (zona costeira), recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, além de unidades de conservação federais.

A Lei 7.735/89, por sua vez, gera obrigação para o IBAMA de executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas, dentre outras, ao controle da qualidade ambiental, à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente.

A LC 140/2011 também veicula outras normas que exigem do Poder Público articulação para proteção do meio ambiente.

De modo ainda mais específico, o Decreto 8.127/2013, norma editada pelo próprio Poder Executivo Federal, em seu art. 27, parágrafo segundo, determina que, enquanto não identificado o poluidor - exatamente o caso concreto, uma vez que ainda incerta a origem da extensa poluição por óleo -, "(...) os custos relativos às atividades de resposta e mitigação serão cobertos pelo Poder Executivo Federal".

Outrossim, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - de Montego Bay -, à qual o Brasil aderiu -, podendo, portanto, até mesmo vir, eventualmente, a ser internacionalmente responsabilizado, a depender das proporções atingidas -, assim disciplina, em seu art. 194:

"1. Os Estados devem tomar, individual ou conjuntamente, como apropriado, todas as medidas compatíveis com a presente Convenção que sejam necessárias para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho, qualquer que seja a sua fonte, utilizando para este fim os meios mais viáveis de que disponham e de conformidade com as suas possibilidades, e devem esforçar-se por harmonizar as suas políticas a esse respeito.

2. Os Estados devem tomar todas as medidas necessárias para garantir que as atividades sob sua jurisdição ou controle se efetuem de modo a não causar prejuízos por poluição a outros Estados e ao seu meio ambiente, e que a poluição causada por incidentes ou atividades sob sua jurisdição ou controle não se estenda além das áreas onde exerçam direitos de soberania, de conformidade com a presente Convenção.

3 As medidas tomadas, de acordo com a presente Parte, devem referir-se a todas as fontes de poluição do meio marinho. Estas medidas devem incluir, inter alia, as destinadas a reduzir tanto quanto possível:

a) a emissão de substâncias tóxicas, prejudiciais ou nocivas, especialmente as não degradáveis, provenientes de fontes terrestres, provenientes da atmosfera ou através dela, ou por alijamento;

b) a poluição proveniente de embarcações, em particular medidas para prevenir acidentes e enfrentar situações de emergência, garantir a segurança das operações no mar, prevenir descargas internacionais ou não e regulamentar o projeto, construção, equipamento, funcionamento e tripulação das embarcações;

c) a poluição proveniente de instalações e dispositivos utilizados na exploração ou aproveitamento dos recursos naturais do leito do mar e do seu subsolo, em particular medidas para prevenir acidentes e enfrentar situações de emergência, garantir a segurança das operações no mar e regulamentar o projeto, construção, equipamento, funcionamento e tripulação de tais instalações ou dispositivos;

d) a poluição proveniente de outras instalações e dispositivos que funcionem no meio marinho, em particular medidas para prevenir acidentes e enfrentar situações de emergência, garantir a segurança das operações no mar e regulamentar o projeto, construção, equipamento, funcionamento e tripulação de tais instalações ou dispositivos.

4. Ao tomar medidas para prevenir, reduzir ou controlar a poluição do meio marinho, os Estados devem abster-se de qualquer ingerência injustificável nas atividades realizadas por outros Estados no exercício de direitos e no cumprimento de deveres de conformidade com a presente Convenção.

5. As medidas tomadas de conformidade com a presente Parte devem incluir as necessárias para proteger e preservar os ecossistemas raros ou frágeis, bem como a habitat de espécies e outras formas de vida marinha em vias de extinção, ameaçadas ou em perigo."

Ainda no âmbito do Direito Internacional, o Brasil, igualmente, incorporou - também podendo vir, eventualmente, a sofrer responsabilização na esfera internacional - a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, de 1990, que gera deveres ao Estado brasileiro de "responder pronta e efetivamente a incidentes de poluição por óleo", estando prevista, até mesmo, a possibilidade de cooperação internacional, no caso. Eis alguns excertos relevantes da aludida Convenção:

"(...) As Partes da presente Convenção,

Conscientes da necessidade de preservar o meio-ambiente humano em geral e o meio ambiente marinho em particular;

Reconhecendo a séria ameaça que representam para o meio ambiente marinho os incidentes de poluição marinha por óleo que envolvem navios, plataformas oceânicas, portos marítimos e instalações de operação com petróleo;

Tendo em mente tanto a importância das medidas de precaução e prevenção, para que se evite, em primeiro lugar, a poluição por petróleo, quanto a necessidade da estrita aplicação dos instrumentos internacionais sobre segurança marítima e prevenção da poluição marinha, em particular da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974, como emenda, e da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, como modificada pelo respectivo Protocolo de 1978, como emendado, assim como a evolução acelerada de padrões cada vez mais desenvolvidos para projeto, operação e

manutenção de navios transportadores de petróleo e de plataforma oceânicas;

Tendo em mente também que, no caso de um incidente de poluição por óleo, é essencial uma ação rápida e efetiva, a fim de minimizar os danos que possam advir desse incidente;

Enfatizando a importância de uma efetiva preparação para combater incidentes de poluição por óleo e o papel fundamental que as indústrias petrolíferas e de transporte marítimo desempenham nesse contexto;

Reconhecendo ademais a importância da assistência mútua e da cooperação internacional em assuntos tais como a intercâmbio de informações que digam respeito à capacidade dos Estados de resposta a incidentes de poluição por óleo, à preparação de planos de contingência para os casos de poluição por óleo, ao intercâmbio de relatórios sobre incidentes significativos que possam afetar o meio ambiente marinho ou o litoral e os interesses correlatos dos Estados e à pesquisa e ao desenvolvimento relacionados com os meios de combate à poluição do meio ambiente marinho por óleo;

Considerando o princípio do "poluidor pagador" como um princípio geral do direito ambiental internacional;

Considerando também a importância dos instrumentos internacionais sobre responsabilidade e compensação por danos devidos a poluição por petróleo, inclusive a Convenção Internacional de Responsabilidade Civil por Danos Devidos a Poluição por Petróleo, 1969 (CLC) e a Convenção Internacional sobre a Constituição de um Fundo Internacional de Compensação por Danos Devidos da Poluição por Petróleo, 1971 (FUND), e a necessidade imperiosa de que os Protocolos de 1984 às Convenções CLC e FUND entrem prontamente em vigor;

Considerando ainda a importância dos entendimentos e acordos bilaterais e multilaterais, inclusive as convenções e acordos regionais;

Tendo em mente as disposições pertinentes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em particular as de sua parte XII;

Conscientes da necessidade de promover a cooperação internacional e de aperfeiçoar a capacidade nacional, regional e global de preparo e resposta à poluição por óleo, levando em consideração as necessidades particulares dos países em desenvolvimento, particularmente as dos pequenos Estados insulares;

Considerando que o modo eficaz de alcançar esses objetivos é a adoção de uma Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo,

Convencionam o seguinte:

## Artigo 1

### Disposições Gerais

1) As Partes se comprometem, conjunta ou individualmente, a tomar todas as medidas adequadas, em conformidade com as disposições da presente Convenção

e de seu Anexo, para o preparo e a resposta em caso de incidente de poluição por óleo.

(...)

## Artigo 6

### Sistemas Nacionais e Regionais de Preparo e Resposta

1) Cada Parte deve estabelecer um sistema nacional para responder pronta e efetivamente a incidentes de poluição por óleo. Esse sistema incluirá, como um mínimo:

a) a designação de:

I) A(s) autoridade(s) nacional(s) competente(s) responsável(is) pelo preparo e resposta em caso de poluição por óleo;

II) O ponto ou pontos de contato operacionais, de âmbito nacional, responsável pelo recebimento e pela transmissão de relatórios sobre poluição por petróleo como referido no Artigo 4; e

III) Uma autoridade credenciada para agir em nome do Estado para solicitar assistência ou tomar a decisão de prestar a assistência solicitada;

b) Um plano nacional de contingência para preparo e resposta que inclua a relação organizacional entre os diversos órgãos envolvidos, tanto público quanto privados, e que leve em consideração as diretrizes elaboradas pela Organização.

2) Além disso, cada Parte, no limite de suas possibilidades, individualmente ou mediante cooperação bilateral ou multilateral e, se for o caso, em cooperação com as indústrias do petróleo e do transporte marítimo, as autoridades portuárias e outras entidades pertinentes, estabelecerá o seguinte:

a) Um nível mínimo de equipamento para combater vazamento de óleo, colocado em pontos preestabelecidos, estimado em função dos riscos previsíveis, bem como programas para o uso desse equipamento;

b) Um programa para os exercícios de organizações de resposta a incidentes de poluição por óleo e o treinamento do pessoal correspondente;

c) Planos pormenorizados e meios de comunicação para resposta a um incidente de poluição por óleo. Tais meios deverão estar permanentemente prontos a operar; e

d) Um mecanismo ou arranjo que coordene a resposta a um incidente de poluição por óleo, com, se apropriado, os meios para mobilizar os recursos necessários.

3) Cada Parte deverá garantir o fornecimento à Organização, diretamente ou mediante os acordos ou organizações regionais apropriados, de informação atualizada relativa a:

a) localização, dados de telecomunicações e, quando cabível, áreas de responsabilidade das autoridades e entidades mencionadas no inciso I) a );

- b) equipamento de combate à poluição e conhecimento especializado em assuntos relacionados ao combate à poluição por petróleo e salvamento marítimo, que poderão ser colocados à disposição de outros Estados que o solicitarem; e
- c) seu plano nacional de contingência.

## Artigo 7

### Cooperação Internacional na Resposta à Poluição

- 1) As Partes concordam, na medida de suas capacidades e da disponibilidade dos recursos pertinentes, em cooperar e fornecer serviços de Assessoramento, apoio técnico e equipamento para resposta a um incidente de poluição por óleo, quando a gravidade do incidente assim justificar, a pedido de qualquer Parte afetada ou passível de ser afetada. O financiamento dos gastos derivados dessa ajuda basear-se-á nas disposições do Anexo a esta Convenção.
- 2) Uma Parte que tenha solicitado assistência poderá pedir à Organização que a ajude na identificação de fontes de financiamento provisório dos custos mencionados no parágrafo 1).
- 3) Em conformidade com os acordos internacionais aplicáveis, cada Parte adotará as medidas de caráter jurídico ou administrativo necessárias para facilitar:
  - a) a chegada e o uso em e a saída de seu território de navios, aeronaves e outros meios de transporte envolvidos na resposta a um incidente de poluição por óleo ou que transportem pessoal, cargas, materiais e equipamentos necessários ao combate ao incidente; e
  - b) a rapidez da entrada em, da passagem por e da saída de seu território de pessoal, cargas, materiais e equipamentos mencionados no inciso a). (...)"

Como não deixa dúvidas essa ampla teia de normas constitucionais, convencionais, legais e infralegais, os réus, União e IBAMA, ainda que não sejam os causadores da poluição - que, no caso concreto, ainda tem sua origem indefinida -, isto é, os poluidores diretos, possuem o dever inequívoco de proteger o meio ambiente, combatendo a poluição em questão por meio de imediatas e eficazes medidas de controle dos incidentes de poluição por óleo, com a ágil contenção, recolhimento e adequada destinação do material poluente, conservando os ecossistemas, sobretudo os mais sensíveis.

Não desconheço a complexidade do controle dessa crise ambiental de proporções inéditas na costa do Nordeste, tendo em vista fatores como a circunstância de ainda ser desconhecida a origem da poluição, dificultando o mapeamento do avanço do óleo e o estancamento de um eventual vazamento continuado, a elevada densidade do óleo, que faz com que sua migração se dê, preponderantemente, por meio de águas profundas, e não superficiais, o que dificulta, sobremaneira, a sua detecção e acompanhamento do seu deslocamento, assim como a existência de uma transversalidade das políticas e ações públicas necessárias à solução do problema, passando pela atuação de uma série de entes e órgãos, como, por exemplo, agências ambientais e secretarias ambientais estaduais e municipais (no estado de Pernambuco, CPRH, no primeiro

caso, e SEMAS, no segundo), Marinha, com a Capitania dos Portos, Petrobras, Secretarias de Defesa Civil, ICMBIO, Agência Nacional de Águas, Agência Nacional do Petróleo, Universidades Federais e Universidades Federais Rurais, tudo com a coordenação dos réus, União e Ibama.

Indício da complexidade do problema pode ser percebido da seguinte manifestação da União nos autos da Ação Civil Pública 0805579-61.2019.4.05.8500, ajuizada perante a Seção Judiciária de Sergipe, baseada no Ofício 37/2019COAPI/CENIMA:

"(...) Em atenção ao item III.3, o IBAMA monitora desde 2016, com o uso de imagens de radar oriundas dos Satélites Sennel 1A/1B (Figura 1), todas as plataformas marítimas de produção de óleo e gás (e sua região de entorno) para fins de detecção de feições suspeitas nas imagens satelitais que possam significar uma ação de poluição por óleo ou de lançamento de água de produção desenhada pelas plataformas, assim como de navios próximos as instalações de tais plataformas, associados a exploração de óleo ou a outras atividades econômicas. Desde o surgimento das primeiras notificações de poluição por óleo nas praias nordestinas o IBAMA ampliou o uso de insumos satelitais para tentar detectar tais feições de poluição, bem como identificar a origem das mesmas. Além dos Satélites Sennel 1A/1B, os quais geram imagens de radar (imagens mais adequadas para monitorar tais feições de poluição por óleo nas águas costeiras), imagens dos Satélites Sennel 2A/2B, Landsat 8 e Cbers 4, os quais geram imagens ópticas (imagens afetadas pela presença de cobertura de nuvens, e menos adequadas tecnicamente para a detecção de feições de poluição por óleo), foram analisadas desde o período de junho/2019 até a presente data. Não foram observadas manchas suspeitas de poluição por óleo na superfície (sic) do mar no litoral do nordeste, nem nas imagens de radar e nem nas imagens ópticas dos satélites empregados para o monitoramento. Uma das hipóteses que pode ser levantada, especialmente pela textura do óleo encontrado nas praias nordestinas, é que a fonte da poluição pode ser oriunda de uma embarcação naufragada, a qual vem liberando um óleo denso que é carregado em subsuperfície pelas correntes marítimas e transportado até as praias, não gerando qualquer evidência em superfície que permita a identificação nas imagens satelitais da origem da poluição e da deriva das manchas de óleo. Tais imagens de satélites, consumidas pelo IBAMA para ações de monitoramento de feições suspeitas de poluição por óleo nas águas oceânicas (região das plataformas marítimas (sic) de produção de óleo e gás e seu entorno), podem ser acessadas nos seguintes catálogos "online": (...)"

Apesar disso, e ainda que este magistrado não ignore os esforços que os entes demandados divulgaram à Justiça Federal da Seção Judiciária de Sergipe, no caso similar objeto dos autos da Ação Civil Pública 0805579-61.2019.4.05.8500, e que vêm comunicando à sociedade por meio da imprensa, pelo que entendo que não seria adequado proclamar uma absoluta omissão de sua parte, fato é que, decorridos mais de cinquenta dias dos primeiros sinais da referida poluição na costa nordestina, incluindo os primeiros vestígios, à época menos intensos, no estado de Pernambuco, o cenário não revela que esteja a ocorrer atuação verdadeiramente eficaz para a

solução do problema, sobretudo para a contenção do avanço do óleo para os ecossistemas mais sensíveis.

É que, ao menos neste juízo de cognição sumária, e à luz da manifestação dos réus na Ação Civil Pública 0805579-61.2019.4.05.8500 (JF/SE), da reunião realizada, em 18/10/19, pelo MPF, com vídeo disponibilizado nos autos, e do que vem sendo noticiado pela imprensa, a mim parece mais evidente, até aqui, em termos de resultados, a preponderância de medidas paliativas, como a limpeza de praias já atingidas, contando, ressalte-se, em grande medida, com notório e louvável trabalho voluntário por parte das comunidades atingidas, além de monitoramentos da superfície marítima, que os próprios demandados sustentam não apresentarem maior efetividade, tendo em vista a densidade do óleo, a acarretar a sua movimentação pelas profundezas do mar, e não pela superfície, pelo que, normalmente, somente seria detectável quando já atingiu as águas mais superficiais e, conseqüentemente, as praias e outros ecossistemas sensíveis.

Assim, a fotografia dos cerca de cinquenta dias dos primeiros sinais da catástrofe ambiental, longe de revelar controle ou até regressão do alarmante problema, expõe, claramente, um quadro de progressivo agravamento, sendo diário o aumento do número de praias e ecossistemas sensíveis atingidos, incluindo áreas de unidades de conservação, como demonstrado nos autos.

A propósito, foi noticiado pela imprensa que o Presidente da Petrobras, sociedade de economia mista com experiência no assunto e que vem auxiliando os réus na tentativa de controle da poluição do óleo, diretamente envolvida, portanto, afirmou, em 08 de outubro, que "é um desastre muito preocupante e não há sinais de que esteja retrocedendo" (<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/26/manchas-de-oleo-no-nordeste-o-que-se-sabe-sobre-o-problema.ghtml>).

Bastante relevante transcrever, ainda, a narrativa do Ministério Público Federal - devidamente comprovada por meio da disponibilização, nos autos, do *link* de acesso ao vídeo do respectivo ato - sobre as manifestações, em reunião no órgão ministerial no recentíssimo dia 18/10/19, de diferentes órgãos envolvidos no combate à poluição do óleo em Pernambuco:

"(...) No ensejo, ressaltou o diretor-presidente da Agência Estadual do Meio Ambiente que, na manhã do dia 17/10, detectou a existência de manchas de óleos nas proximidades da Praia de São José da Coroa Grande. Com a ajuda de pescadores e com o emprego da criatividade, conseguiu impedir que chegasse à praia. Foi difícil recolher e dar destinação ao óleo, já que não dispunha de bombonas (tonéis) suficientes para acondicioná-lo. Destacou que foi detectada um mancha de óleo invadindo o Rio Una, felizmente resgatada. Frisou, outrossim, que, apesar do empenho, hoje, falta até luvas para manusear o material poluidor, e

recipientes (tambores) para depositá-lo. Só dispõe de 400 metros de rede para criar uma barreira de proteção, para cuja colocação, a propósito, o órgão se ressentiu de expertise. Não tem como proteger todos os estuários. Está realmente precisando de material.

(...)

O IBAMA limitou-se a dizer que não está havendo ligação entre o comitê de crise instalado em Pernambuco e o do Plano Nacional. Explicou que, por ora, encaminhou as demandas dos órgãos do Estado de Pernambuco para o Comitê instalado em Salvador, bem como solicitou a vinda de um técnico para as orientações devidas. Tem orientado os municípios e a população, mas não tem meios para que esta trabalhe de forma adequada, levando-a a agir "na base do improvisado".

(...)

A Capitania dos Portos tampouco hoje possui bombonas para acondicionar o óleo retirado ou equipamento de contenção para reter-lhe o avanço.

(...)

Como se vê, nenhum dos órgãos dispõe de material suficiente para, minimamente, conter a crise. Carece do básico e elementar. Não há nem sequer profissionais especializados para lidar e orientar tecnicamente a atuação nesse desastre ambiental. Os órgãos não sabem sequer como, adequadamente e seguramente, colocar as redes de contenção (as escassas que havia esgotaram-se). O acondicionamento do material, à falta de bombonas, é feito em sacos plásticos, facilmente rompíveis. E o óleo recolhido - quando recolhido - é conduzido a um aterro. Conta com voluntários e eventual ajuda de empresários para suprir o mínimo. A escassez é explícita. Instado, quer pelos órgãos estaduais, quer próprio IBAMA, não houve resposta do Executivo federal. Malgrado a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco tenha solicitado à União petrechos e equipamentos para conter as manchas de óleo, ainda não foi atendida(...)"

E, conforme observado pelo MPF, em sua petição inicial, e comprovado no vídeo cujo *link* de acesso foi disponibilizado pelo *Parquet*, o Professor Gilvan Takeshi Yogui, do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco, afirmou, na já citada reunião do dia 18/10/19, que o problema tende a agravar-se ainda mais, com a tendência de que as manchas grandes de óleo que surgiram na Bahia e em Sergipe continuem subindo, seguindo por Alagoas e Pernambuco, intensificando a agressão ao litoral deste estado.

Tudo isso, ao meu ver, demonstra que, ainda que a União e o IBAMA não se encontrem em verdadeiro estado de absoluta inércia quanto ao combate à poluição pelo óleo, pelo que não vêm se omitindo na adoção de **alguma** medida, encontram-se, há pelo menos cinquenta dias, em estado de omissão na adoção de **medidas eficazes, efetivas, suficientes**, até mesmo no que tange a uma inicial interrupção da progressão dos danos ambientais e a um início de retrocesso da devastação.

Ao menos em sede de juízo perfunctório, próprio das tutelas de urgência, afigura-se legítima, portanto, com fundamento no quadro fático delineado e nas normas constitucionais, convencionais, legais e infralegais já abordadas, a pretensão do MPF de que seja, sob pena de fixação de multa diária, determinado:

(a) que a União:

(a.1) adote todas as medidas necessárias para a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo todos os estados da região Nordeste), com foco na proteção de áreas sensíveis de Pernambuco, utilizando-se do Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar - MAREM e do Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco, com emprego das melhores e mais adequadas técnicas;

(a.2) que dê início, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à implementação de barreiras de proteção, mediante utilização de equipamentos adequados e próprios para problemas da espécie, a serem instalados por equipe especializada, com o consequente monitoramento, no que tange aos ambientes mais sensíveis da costa pernambucana (manguezal, áreas de estuário, bancos de fanerógamas e recifes de coral), conforme Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco;

(a.3) que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, forneça equipamentos de proteção individual (EPIs), inclusive para os voluntários, além de recipiente adequado para armazenamento do óleo recolhido, bem como demais materiais listados pela CPRH na Nota Técnica nº 39/2019 (em anexo), tantos quantos se revelarem necessários;

(a.4) que, diretamente ou por parcerias (inclusive com órgãos do estado de Pernambuco), implemente e ou dê continuidade ao monitoramento contínuo ao longo de toda a extensão da plataforma continental marítima sob risco, para localização das manchas de óleo no mar, recolhendo-as com a utilização das técnicas e meios que se revelarem necessários;

(a.5) que adote todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes ao IBAMA/PE para que a autarquia federal cumpra o que lhe for imposto por esse Juízo Federal (no item seguinte) e que comprove nos autos, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.

(b) que o IBAMA:

(b.1) monitore e fiscalize, e, naquilo que lhe couber, execute, solidariamente, as medidas acima destacadas (itens precedentes), garantindo a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo

todos os estados da região Nordeste).

(b.2) se manifeste tecnicamente, em virtude da gravidade da situação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre as providências a serem adotadas quanto ao atendimento, resgate e reabilitação de fauna afetada, com a consequente disponibilização dos recursos materiais e humanos, seja diretamente, por parcerias ou contratação.

Quanto à utilização pelos réus, pretendida pelo MPF, do "Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco" e do "Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar - MAREM" como subsídio técnico para definição dos ecossistemas pernambucanos relevantes mais sensíveis ao óleo e, portanto, de proteção prioritária, e de formas de protegê-los adequadamente, cumpre desenvolver breves considerações.

No que concerne ao "Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco", devidamente juntado aos autos pelo MPF (id. 4058300.12270818), noto que se trata de estudo com rigor científico, elaborado, conjuntamente, em cooperação técnica, pela UFPE e pela Petrobras, instituições com notória *expertise* técnico-científica em matéria de poluição por óleo e, no caso da instituição de ensino, também quanto ao tema dos ecossistemas sensíveis de Pernambuco, com a finalidade de contribuir com subsídios para a tomada de decisões rápidas e definição de estratégias de controle eficazes para preservação prioritária dos ecossistemas mais relevantes e sensíveis à poluição por óleo, em caso de incidente dessa natureza.

Nessa linha, o documento em questão, de forma extremamente minuciosa e técnico-científica, apresenta como alguns dos ecossistemas da costa de Pernambuco mais ecologicamente relevantes e, concomitantemente, sensíveis à poluição por óleo - pelo que merecem especial atenção e proteção prioritária -, os recifes de corais, os manguezais, os estuários, os recifes areníticos, os prados de fanerógamas e as praias arenosas.

Como exemplo, didático transcrever excertos da petição inicial do MPF baseados no conteúdo do "Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco":

"(...)2.3.1 - OS RECIFES DE CORAIS - Os recifes de corais constituem-se em importantes ecossistemas, altamente diversificados, no nível local, regional e principalmente no global. Por abrigarem uma extraordinária variedade de plantas e animais, são considerados como o mais diverso habitat marinho do mundo, e por isso mesmo, possuem grande importância econômica, pois representam a fonte de alimento e renda para muitas comunidades. Uma em cada quatro espécies marinhas vive nos recifes, incluindo 65% dos peixes. Em Pernambuco, recifes de corais são comuns. (...) Os ecossistemas recifais são extremamente delicados. Os efeitos do contato entre o óleo e os organismos formadores de recifes podem resultar em efeitos crônicos (prejuízos às atividades biológicas que culminam na morte de toda a colônia e na consequente supressão da cobertura recifal); em

bioacumulação (esses ambientes têm elevada capacidade de bioacumulação e lenta taxa de depuração) e em prejuízos diversos aos organismos associados, através da contaminação da teia alimentar. Em razão da natureza calcária formadora do esqueleto desses animais, a estrutura recifal tem grande afinidade ao óleo, que adere ao recife e é absorvido por este. Por isso, o óleo tende a persistir nestes ambientes por longos períodos.

(...) 2.3.2 - RECIFES ARENÍTICOS - São corpos rochosos cimentados por carbonato de cálcio, restritos às regiões tropicais e subtropicais e que indicam antigas linhas de costa. São lineares e se orientam paralelamente à Redação extraída do Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral Pernambucano. Recife de corais próximo à Praia de Mamocabinhas, litoral Sul. (...) Sua maior importância está relacionada à sua função como substrato para o desenvolvimento de algas, corais e outros organismos bentônicos. São comuns ao longo de toda a costa do estado, constituindo os traços morfológicos mais característicos do litoral pernambucano. A fauna e a flora de recifes areníticos podem ser similares àquelas encontradas em recifes coralinos, com a presença de invertebrados reconhecidamente sensíveis ao óleo, como cnidários, equinodermos, tunicados, entre outros. Por apresentarem uma comunidade biológica rica, os bancos de arenito são ambientes extremamente sensíveis a derramamentos de petróleo e derivados.

(...) 2.3.3 - PRADOS DE FANERÓGAMAS - São ecossistemas formados pelas chamadas "gramas marinhas". Representam um importante e diversificado habitat na zona costeira, pois atenuam a hidrodinâmica e proporcionam maior suprimento de oxigênio, além de estabilizarem os parâmetros físico-químicos da água. Seus bancos extensos provêm valiosos recursos em águas costeiras rasas de todo mundo, apresentando abundância, riqueza e diversidade de fauna e flora superiores às verificadas nas adjacências. É uma Recife arenítico na Praia de Muro Alto - Ipojuca/PE área que proporciona refúgio e alimento para muitas espécies de moluscos, crustáceos e peixes, que a procura para desova.

(...) Quanto aos efeitos do contato do óleo com fanerógamas marinhas, é possível destacar os seguintes: i) morte direta dos organismos, causada por asfixia, encrustação ou envenenamento; ii) morte indireta em decorrência da supressão dos recursos alimentares, destruição ou remoção do habitat; iii) morte dos indivíduos juvenis que utilizam o prado como berçário; iv) incorporação de frações subletais do petróleo, o que leva a potencial redução da tolerância ambiental a outros estresses; e v) incorporação de substâncias potencialmente cancerígenas ou mutagênicas na cadeia alimentar.

(...) 2.3.4 - PRAIAS ARENOSAS - São ambientes costeiros entremarés de substrato inconsolidado, cujos sedimentos apresentam granulometria variável, desde a mais fina (silte e argila) até a mais grossa (seixos, cascalhos e biodetritos), tendo com mais comuns as arenosas (areia fina, média ou grossa). Sob o ponto de vista ecológico, as praias constituem ambientes relevantes, uma vez que servem como habitat para inúmeras espécies da fauna e flora e que ocorrem de forma praticamente contínua ao longo dos litorais. Estão distribuídas ao longo do litoral pernambucano; (...) Os efeitos específicos do óleo nas praias estão direta ou indiretamente associados ao impacto físico de recobrimento e à intoxicação, ou impacto químico. Entre seus efeitos mecânicos na comunidade biológica, podem ser mencionados a interferência física na locomoção e nos processos de

alimentação e absorção de água, excreção e reprodução, além dos estresses por sufocamento e aquecimento. Já os efeitos tóxicos do óleo afetam o crescimento, a reprodução, a respiração e o comportamento das espécies que habitam os sedimentos.

(...) 2.3.5 - OS MANGUEZAIS - (...) Os manguezais são encontrados somente nas regiões da zona costeira e formam um ecossistema altamente produtivo, pois são berço e criatório de várias espécies marinhas que ali se reproduzem. O ecossistema manguezal é um dos mais biodiversos, ou seja, aloja grande número de espécies de seres vivos, e um dos mais produtivos do planeta, vez que produz e recicla grande quantidade de matéria viva. Grande biodiversidade é equivalente a uma grande riqueza em patrimônio genético de espécies, algumas ameaçadas de serem extintas por conta da intensa degradação. O mangue é um berçário de inúmeras espécies de peixes, crustáceos e mariscos, que necessitam de águas calmas e refúgio para sua reprodução e alimentação. Posteriormente esses animais (entre muitos outros, lagostas, ostras e inúmeros peixes) migram para outros locais. A destruição dessas áreas altera esses ciclos, desestruturando as redes alimentares e diminuindo a pesca, com graves consequências sociais e econômicas. Os mangues criam, estabilizam e mantêm regiões costeiras submetidas ao movimento das marés, principalmente em áreas de estuários. O corte de suas árvores e sua consequente degradação possibilita que seus sedimentos sejam carregados pelas marés e traz a perda de territórios costeiros e invasão de áreas pela força da maré, gerando problemas de erosão e degradação costeira. O manguezal também atua como um filtro biológico que retém, nas árvores, no sedimento e na comunidade animal, diversos poluentes, como o excesso de matéria orgânica (proveniente de esgotos urbanos e industriais), substâncias químicas (metais pesados), entre outros, contribuindo para limpar as águas do excesso de material dissolvido e, portando, sendo essencial à saúde pública. E quando um rio morre por excesso de poluentes, ou seja, quando o oxigênio de suas águas é igual a zero, murcham as comunidades ao seu redor, trazendo incontáveis prejuízos econômicos. E como todas as plantas verdes, os mangues produzem oxigênio, o qual, em um planeta com seu ar comprometido por poluentes gerados pela expansão urbana e industrial, é de vital importância. Contribuem ainda para reter umidade, criando microclimas mais benignos para o ser humano, como toda floresta. São, por conseguinte, fundamentais para enfrentar os efeitos do crescente esquentamento global, o chamado "efeito estufa", que pode atingir o Nordeste, elevando em vários graus a temperatura média da região. Por ser parte de um ecossistema global, sua destruição promove alterações na dinâmica costeira na região e em todo o planeta, com imprevisíveis consequências. Igualmente, quando bem manejados, os mangues são fonte de renda para as populações ribeirinhas que vivem da apanha de crustáceos diversos que ali vivem. É certo que, ao longo do nosso litoral, temos diversas áreas com manguezais, tornando-se imprescindível a adoção das medidas de proteção requeridas, sob pena de danos irreparáveis a tal ecossistema. (...) As comunidades associadas aos manguezais parecem se recuperar mais rapidamente do que os próprios manguezais, motivo pelo qual efeitos de longo prazo estão, provavelmente, relacionados à morte dos manguezais e à perda do habitat que suporta e protege a comunidade. Entre os ecossistemas costeiros, o manguezal é classificado como dos mais sensíveis e vulneráveis a vazamentos de óleo. Ademais, o óleo pode persistir neste ecossistema por anos e atingir camadas mais profundas em função do tráfego de pessoas.

(...) 2.3.6 - ESTUÁRIOS - (...) São corpos aquáticos costeiros, semifechados, com livre comunicação com o oceano e sujeitos à influência das marés e da água doce oriunda da drenagem continental. Trata-se de áreas de baixa declividade, com grande aporte de água doce e sedimentos, periodicamente inundados pela água do mar e com baixa hidrodinâmica. Tais condições propiciam a mistura das águas de diferentes salinidades, gerando um ambiente eurialino de grande fertilidade. Os ambientes estuarinos apresentam uma importância ecológica determinante em nível regional, uma vez que constituem sistemas férteis, servindo de abrigo e criadouro para inúmeras espécies, inclusive de importância comercial. Nessas áreas, são encontrados ecossistemas como marismas e manguezais, o que ressalta sua importância ecológica, não só em termos de produtividade, mas também em termos de conectividade. (...) A costa pernambucana apresenta os seguintes estuários ou complexos estuarinos ao longo de toda sua extensão, conforme informações da CPRH, do ano de 2009: 1) complexo estuarino Goiana-Megaó (Goiana, litoral norte); 2) rio Itapessoca (Goiana, litoral norte); 3) rio Jaguaribe (Itamaracá, litoral norte); 4) canal de Santa Cruz - formado pelos rios Arataca, Botafogo, Maniquara e Igarassu (Itapissuma, Goiana, Igarassu e Itamaracá, litoral norte); 5) rio Timbó (Igarassu, Abreu e Lima e Paulista, litoral norte); 6) rio Paratibe (Paulista e Olinda, litoral central); 7) rio Beberibe (limite entre Olinda e Recife, litoral central); 8) rio Capibaribe/Bacia do Pina (Recife, litoral central); 9) complexo estuarino Jaboatão-Pirapama (Jaboatão dos Guararapes, litoral central); 10) complexo estuarino Massangana-Tatuoca (Cabo de Santo Agostinho, litoral central); 11) rio Maracaípe (Ipojuca, litoral sul); 12) complexo estuarino Merepe-Ipojuca (Ipojuca, litoral sul); 13) complexo estuarino Sirinhaém - rios Arrumador, Trapiche, Aquirá (Sirinhaém, litoral sul); 14) complexo estuarino do Rio Formoso - formado pelos rios Goiana, dos Passos, Porto das Pedras, Lemenho e Ariquindá (limite entre Tamandaré e Rio Formoso, litoral sul); 15) complexo estuarino Ilhetas-Mamucabas (Tamandaré, litoral sul); 16) rio Una (limite entre São José da Coroa Grande e Barreiros, litoral sul); 17) rio Persinunga (limite Pernambuco - Alagoas, São José da Coroa Grande, litoral sul). Como ambientes de baixa energia, os estuários são ambientes altamente sensíveis à poluição por óleo. A granulometria fina faz com que os sedimentos ali encontrados absorvam componentes tóxicos do óleo, deixando-os disponíveis por muito tempo (...)"

Além disso, o mesmo documento apresenta, para cada um dos aludidos ecossistemas relevantes sensíveis à poluição do óleo, técnicas que, segundo a UFPE e a Petrobras, que o elaboraram conjuntamente, seriam mais adequadas para tais distintos ecossistemas, em diferentes cenários de poluição.

Já o "Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar - MAREM" (<http://www.marem-br.com.br/>), conforme apresentação do próprio documento eletrônico, corresponde a uma "importante ferramenta técnica e de gestão para o planejamento de emergências, priorização de ambientes, espécies e áreas a serem protegidas em caso de uma emergência ambiental e tomada de decisão sobre as estratégias de resposta a serem adotadas em caso de acidentes com derramamento de óleo no mar", caso dos autos.

De forma mais detalhada, o sítio eletrônico esclarece que se trata de ferramenta desenvolvida em razão de acordo de cooperação técnica entre o IBAMA - um dos próprios réus da ação e órgão executor da política ambiental formulado pelo outro réu, a União - e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, igualmente instituições com presumida *expertise* em matéria de proteção ambiental e poluição por óleo, por intermédio de equipe multidisciplinar e com base em experiências em planejamento, gestão e resposta a emergências ambientais no Brasil e no exterior:

"Em 30 de agosto de 2013, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que prevê a capacitação e o aprimoramento do processo de avaliação de impactos ambientais e o aperfeiçoamento da gestão ambiental, relacionados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás. No âmbito do ACT celebrado entre os dois institutos, foram desenvolvidos os Projeto de Proteção e Limpeza de Costa e o Projeto de Proteção à Fauna, que objetivam o levantamento de dados ambientais de todo o litoral brasileiro e ilhas costeiras para servir de suporte para o planejamento e gestão de uma operação de resposta a acidentes envolvendo derramamento de óleo no mar. Os projetos foram executados a partir das experiências em planejamento, gestão e resposta a emergências ambientais, acumuladas tanto pelas empresas que atuam no Brasil e em outros países, como pelas consultoras responsáveis pela execução do projeto. Todo conhecimento gerado pelos dois projetos foram consolidados e integrados em um banco de dados georeferenciado, de modo a permitir uma análise detalhada, mas ágil, da região eventualmente afetada por um derramamento de óleo. Este banco de dados denomina-se Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar (MAREM).

(...)

Como objetivos prioritários do projeto, destacam-se:

- A identificação de trechos da costa que devem ser prioritariamente protegidos;
- A avaliação de condições de acesso para equipes operacionais;
- A apresentação de estratégias recomendadas para a proteção da costa e para a limpeza do litoral;
- A identificação de espécies vulneráveis e que devem ser prioritariamente protegidas;
- A identificação de áreas prioritárias a proteção;
- A criação de um banco de dados com informações georreferenciadas que serviriam como guia estratégico no caso de uma emergência.

(...)

Os trabalhos foram realizados por uma equipe multidisciplinar composta por consultores, pesquisadores de universidades e organizações não-governamentais nacionais e internacionais, considerados referências em temas de biologia e conservação do meio ambiente. As metodologias foram desenvolvidas especificamente para este projeto e adotou as boas práticas utilizadas internacionalmente no mapeamento de ecossistemas e recursos faunísticos vulneráveis ao óleo. As mesmas foram apresentadas em congressos e conferências

nacionais e internacionais sobre o tema. As metodologias foram amplamente discutidas pelos participantes visando sua consolidação e implementação também em outros países (...)"

De um lado, constata-se, ao menos em sede de juízo de cognição sumária, nessa fase ainda incipiente do processo, a cientificidade, multidisciplinariedade e especialidade para as hipóteses de poluição por óleo de ecossistemas sensíveis situados em Pernambuco que os documentos em exame evidenciam ter, bem como a sua autoria por instituições de presumida *expertise* no assunto, tais como a Petrobras, a UFPE, o próprio IBAMA - um dos réus, órgão executor da política ambiental do outro réu, a União - e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Por outro lado, como sintetizado pelos Procuradores da República signatários da petição inicial acerca da percepção deixada pelos órgãos envolvidos no combate à poluição por óleo em Pernambuco, na reunião do dia 18/10/19, cujo *link* de acesso ao vídeo respectivo foi disponibilizado nos autos: "(...) nenhum dos órgãos dispõe de material suficiente para, minimamente, conter a crise. Carece do básico e elementar. **Não há nem sequer profissionais especializados para lidar e orientar tecnicamente a atuação nesse desastre ambiental. Os órgãos não sabem sequer como, adequada e seguramente, colocar as redes de contenção (as escassas que havia esgotaram-se).** (...)" (grifos nossos).

Assim, ponderando as evidências de cientificidade, de autoria por instituições conhecedoras do tema e de especialidade para as hipóteses de poluição por óleo de ecossistemas sensíveis do "Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco" e do "Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar - MAREM", de um lado, e, de outro, a aparente falta de uma robusta estratégia técnica de proteção imediata e eficaz dos ecossistemas mais relevantes e sensíveis da costa de Pernambuco por parte dos réus, consideradas as manifestações realizadas pelos representantes dos órgãos envolvidos na citada reunião ministerial, entendo pertinente, ao menos neste momento processual, a utilização, pelos réus, dos aludidos documentos para fins de subsídios técnicos mínimos no contexto da adoção de "(...) todas as medidas necessárias para a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo todos os estados da região Nordeste) com foco na proteção de áreas sensíveis de Pernambuco, (...) com emprego das melhores e mais adequadas técnicas" e de "(...) implementação de barreiras de proteção, mediante utilização de equipamentos adequados e próprios para problemas da espécie, a serem instalados por equipe especializada, com o consequente monitoramento, no que tange aos ambientes mais sensíveis da costa pernambucana (manguezal, áreas de estuário, bancos de fanerógamas e recifes de coral)(...)".

Extremamente importante destacar que este magistrado não ignora o caráter acentuadamente genérico das medidas requeridas pelo Ministério Público Federal, no sentido de adoção de "todas as medidas necessárias", "com emprego das melhores e mais adequadas técnicas", "mediante utilização de equipamentos adequados e próprios para problemas da espécie", e de "todas as providências que se mostrem necessárias", dentre outras expressões análogas, ainda

que com a pretensão de utilização do "Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco" e do "Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar - MAREM", que, apresentam medidas com menor grau de generalidade, mas, ainda assim, genéricas, eis que abstratas e hipotéticas.

Assim, não se adota uma visão ingênua de onipotência de decisões judiciais veiculadoras de ordens genéricas, dotadas de significativa abstração, isto é, de que a determinação de medidas de caráter genérico, com cominação de multa diária, por si só, seriam a resposta mais adequada e suficiente, por parte do Poder Judiciário, para, como por mágica, conduzir a solução de problema de tamanha complexidade técnica, interdisciplinariedade e transversalidade de ações públicas de diferentes órgãos públicos e entidades.

Contudo, diante do caráter extremamente emergencial da adoção de medidas de proteção verdadeiramente eficaz dos ecossistemas mais relevantes e sensíveis da costa pernambucana por parte dos réus, em coordenação com outros órgãos e entidades de que dependa a solução da crise ambiental, e da imposição da necessidade de análise do pedido, por este magistrado, em sede de plantão judiciário, revela-se útil, neste primeiro momento, o deferimento do pedido de liminar mesmo com o teor genérico com que formulado, de modo a catalisar, desde já, a atuação efetiva dos réus.

Não obstante, para que a intervenção do Poder Judiciário venha a contribuir de modo mais efetivo para a solução da crise socioambiental em tela, deverão ser designadas audiências de conciliação para que, fomentando, de forma estrutural, o diálogo institucional e a cooperação técnica e política entre os diversos órgãos e entes de cuja atuação depende o combate à poluição por óleo, sejam acompanhadas as medidas que concretamente venham sendo adotadas pelos envolvidos, diagnosticadas medidas ineficazes e identificadas alternativas efetivas, de modo a, gradativamente, e, tanto quanto possível, de forma consensual, sejam progressivamente encontradas e implementadas medidas mais concretas, específicas e eficazes para o alcance do objetivo maior de proteção ambiental suficiente, com os seus efeitos positivos socioeconômicos e para a saúde pública, sem prejuízo de outras eventuais medidas impositivas, quando estritamente necessárias e dentro do princípio da adstrição ao pedido.

Com a mesma finalidade, deverão ser apresentados relatórios técnicos periódicos pelos réus, atualizando o juízo acerca das medidas implementadas desde a última informação, assim como dos seus resultados, evidenciando o quadro atual da extensão da poluição por óleo e dos danos ambientais, socioeconômicos e à saúde pública decorrentes.

Presente, assim, a probabilidade do direito alegado.

Ademais, é flagrante o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, uma vez que todo o trágico cenário minuciosamente exposto ao longo da presente decisão revela que hipotética

demora na prolação da decisão judicial possuiria grande probabilidade de agravar, de modo intenso, a já catastrófica extensão dos notórios danos socioambientais provocados pela poluição por óleo, que já atinge cerca de 194 (cento e noventa e quatro) praias de nove estados da região Nordeste, podendo vir a comprometer, de modo irreversível ou de difícil reversão, ecossistemas extremamente relevantes e sensíveis no território de Pernambuco.

Por sua vez, ponderando-se o risco de irreversibilidade na hipótese de concessão da tutela de urgência pretendida e na de sua não concessão, isto é, em detrimento de réus ou de autor, respectivamente, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, este nas dimensões da proibição de excesso e, sobretudo, na da proibição de proteção insuficiente aos direitos fundamentais, conclui-se no sentido de que mais ameaçador é o risco de irreversibilidade dos graves danos ambientais aos ecossistemas mais relevantes e sensíveis da costa de Pernambuco, com reflexos socioeconômicos e para a saúde pública, que busca a parte autora evitar, a fundamentar o deferimento do pedido de liminar.

Isso posto, **concedo a tutela de urgência** postulada pelo Ministério Público Federal, para, sob pena de aplicação de multa diária, que, por ora, fixo em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo de sua majoração e de outras sanções previstas no ordenamento jurídico em face dos agentes públicos responsáveis pelo eventual descumprimento, determinar:

(a) à União:

(a.1) que adote todas as medidas necessárias para a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo todos os estados da região Nordeste), com foco na proteção de ecossistemas sensíveis de Pernambuco, utilizando-se do Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco e do Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar - MAREM, com emprego das melhores e mais adequadas técnicas;

(a.2) que dê início, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à implementação de barreiras de proteção, mediante utilização de equipamentos adequados e próprios para problemas da espécie, a serem instalados por equipe especializada, com o consequente monitoramento, no que tange aos ecossistemas mais sensíveis da costa pernambucana (manguezal, áreas de estuário, bancos de fanerógamas e recifes de coral), conforme Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo do Litoral de Pernambuco;

(a.3) que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, forneça equipamentos de proteção individual (EPIs), inclusive para os voluntários, além de recipiente adequado para armazenamento do óleo recolhido, bem como demais materiais listados pela CPRH na Nota Técnica nº 39/2019 (em anexo), tantos quantos se revelarem necessários;

(a.4) que, diretamente ou por parcerias (inclusive com órgãos do estado de Pernambuco), implemente e ou dê continuidade ao monitoramento contínuo ao longo de toda a extensão da plataforma continental marítima sob risco, para localização das manchas de óleo no mar, recolhendo-as com a utilização das técnicas e meios que se revelarem necessários;

(a.5) que adote todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes ao IBAMA/PE para que a autarquia federal cumpra o que lhe for imposto nos presentes autos e que comprove, perante o Juízo Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas;

(b) ao IBAMA:

(b.1) que monitore e fiscalize, e, naquilo que lhe couber, execute, solidariamente, as medidas acima destacadas (itens precedentes), garantindo a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a zona costeira brasileira, atingindo todos os estados da região Nordeste);

(b.2) que se manifeste tecnicamente, em virtude da gravidade da situação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre as providências a serem adotadas quanto ao atendimento, resgate e reabilitação de fauna afetada, com a consequente disponibilização dos recursos materiais e humanos, seja diretamente, por parcerias ou contratação.

**Determino, ainda,** nos termos da fundamentação, que a União e o IBAMA apresentem nos autos, a cada cinco dias, relatórios técnicos atualizando o juízo acerca das medidas implementadas desde a última informação, assim como dos seus resultados, evidenciando o quadro atual da extensão da poluição por óleo e dos danos ambientais, socioeconômicos e à saúde pública decorrentes, na zona costeira de Pernambuco e ecossistemas adjacentes afetados.

**Designo audiência de conciliação para o dia 25/10/19, às 09h30m, na sede da 12ª Vara Federal/PE,** nos termos da fundamentação e do art. 1º, parágrafo terceiro, e do art. 6º, do CPC/15, com o objetivo de promover a solução consensual da controvérsia, fomentando, de forma estrutural, o diálogo institucional e a cooperação técnica e política entre os diversos órgãos e entes de cuja atuação depende o combate à poluição por óleo, para que sejam acompanhadas as medidas que concretamente venham sendo adotadas pelos envolvidos, diagnosticadas medidas ineficazes e identificadas alternativas efetivas, de modo a, gradativamente, e, tanto quanto possível, de forma conciliada, sejam progressivamente encontradas e implementadas medidas mais concretas, específicas e eficazes para o alcance do objetivo maior de proteção ambiental suficiente, com os seus efeitos positivos socioeconômicos e para a saúde pública, sem prejuízo de outras eventuais medidas impositivas, quando estritamente necessárias e dentro do princípio da adstrição ao pedido. Para tanto, intimem-se, com extrema urgência e em regime de plantão, os seguintes órgãos e entidades, para que se façam presentes, na referida audiência, por meio não apenas de seus representantes judiciais, mas de representantes com profundo conhecimento técnico sobre as medidas adotadas e a adotar, na respectiva esfera institucional, para a proteção dos ecossistemas de Pernambuco contra a poluição por óleo de que trata a ação, bem como de representantes com plena autonomia decisória para celebrar acordos e firmar compromissos de atuação em nome do ente ou órgão correlato:

a) MPF; b) União/Ministério do Meio Ambiente; c) Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; d) Petrobras; e) Marinha do Brasil/Capitania dos Portos de Pernambuco; f) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO; g) Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CPRH; h) Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - SEMAS; i) Universidade Federal de Pernambuco (a ser representada pelo Professor Gilvan Takeshi Yogui, do Departamento de Oceanografia, além de eventuais outros professores especialistas no tema do controle de poluição de óleo em ecossistemas da zona costeira, especialmente a de Pernambuco); j) Universidade Federal Rural de Pernambuco (por meio de professores especialistas no tema do controle de poluição de óleo em ecossistemas da zona costeira, especialmente a de Pernambuco); k) Secretaria Executiva de Defesa Civil do Estado de Pernambuco; l) Agência Nacional de Águas - ANA; m) Agência Nacional de Petróleo - ANP.

Ressalto que os representantes de todos os órgãos e entes acima deverão estudar previamente o assunto e comparecer à audiência já munidos de todos os estudos, documentos e informações relevantes para a apresentação do conhecimento existente acerca do problema no respectivo âmbito institucional, assim como das medidas já adotadas em sua esfera e dos resultados correlatos, e das possíveis medidas a adotar.

Citem-se e intinem-se, com extrema urgência, e em regime de plantão. Cumpra-se.

Após, redistribuam-se os autos para o juiz natural.

Recife, data da validação.

**AUGUSTO CESAR DE CARVALHO LEAL**

Juiz Federal Substituto,

em Plantão Judiciário.



Processo: **0820173-98.2019.4.05.8300**

Assinado eletronicamente por:

**AUGUSTO CESAR DE CARVALHO LEAL -  
Magistrado**

**Data e hora da assinatura:** 20/10/2019 11:46:00

**Identificador:** 4058300.12284652



19101921224244500000012312214

**Para conferência da autenticidade do  
documento:**

<https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>